

Alexandre Ávalo Santana  
Arthur Mendes Lobo

# O NOVO DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

Volume

1

*EDITORA*  
*Contemplar*

ISBN: 978-85-9487-053-7

**Coordenadores:**

Alexandre Ávalo Santana

Arthur Mendes Lobo

**Autores:**

Alexandre Ávalo Santana

André L. Costa-Corrêa

Arthur Mendes Lobo

Betina Treiger Grupenmacher

Caroline Szpanick de Oliveira

Cynthia Fontoura Camargo Cerealli

Eduarda Cinzia dos Santos

Fabiana Aparecida Guedes Leal

Flávio Garcia Cabral

Glauco Lubacheski de Aguiar

Guilherme Frederico de Figueiredo Castro

Hélcio Gondo

Ismael de Oliveira Junior

Ives Gandra da Silva Martins

Jeferson Teodorovicz

Jonathan Isaías Amaral Santos

Jossimar Aparecido Monteiro

Leonardo de Souza Naves Barcellos

Leonardo Furtado Loubet

Livia Cristina Elias da Silva

Lucas Tanaka Reksiedler

Luiz Paulo Jorge Gomes

Milena Gabardo da Silva

Paulo de Barros Carvalho

Rodrigo de Moraes

Thiago Simões Pessoa

**Capa e Diagramação:**

Aline Vieira Pipino de Freitas

**Revisão Geral:**

Mario do Carmo Ricalde

Santana, Alexandre Ávalo; Lobo, Arthur Mendes.

O Novo Direito Tributário Brasileiro/ Alexandre Ávalo Santana & Arthur Mendes Lobo. Vol. 1. 1ª ed. Campo Grande: Contemplar, 2019.

1. Direito. 2. Tributário.  
I. Título.

CDD: 340  
CDU:341.39

Todo o conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do autor.

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio: eletrônico, mecânico, inclusive por processo xerográfico, sem a devida autorização do Editor (Lei nº 9.610/98). Todos os direitos desta Publicação reservados à



Avenida Ana Rosa Castilho Ocampos, 756 - Jardim Montevideu.

Campo Grande, MS

Telefax: (67) 3029-2315

E-mail: [contato@editoracontemplar.com.br](mailto:contato@editoracontemplar.com.br)

site: [www.editoracontemplar.com.br](http://www.editoracontemplar.com.br)

## Sumário

---

### PARTE I - TEORIA GERAL

#### **Capítulo 1. Os Princípios Constitucionais e os Requisitos Formais da Obrigação Tributária ..... 19**

*Ives Gandra da Silva Martins*

#### **Capítulo 2. Aspectos Introdutórios das Teorias da Estrutura do Tributo: Do Fato Gerador à Teoria da Regra-Matriz de Incidência Tributária ..... 35**

*Jeferson Teodorovicz*

- 1. Introdução..... 35
- 2. Antecedentes ..... 35
- 3. Fato Gerador e a Hipótese de Incidência de Alfredo Augusto Becker ..... 37
- 4. Normativismo Kelseniano em Geraldo Ataliba, Paulo de Barros Carvalho e a Elevação da Norma Tributária ..... 39
- 5. Considerações Finais ..... 45

#### **Capítulo 3. Fato Gerador X Hipótese de Incidência ..... 47**

*Fabiana Aparecida Guedes Leal*

- 1. Introdução..... 47
- 2. Fato Gerador ..... 47
- 3. Hipótese de Incidência ..... 50
- 4. Conclusão ..... 51

#### **Capítulo 4. Imunidades Estaduais ..... 53**

*Leonardo Furtado Loubet*

- 1. Introdução..... 53
- 2. O Modelo Federativo Adotado na Constituição de 1988 ..... 55

3. A Capacidade de Auto-organização dos Estados-Membros .....	59
4. O Poder Constituinte Decorrente .....	61
5. A Competência Tributária e as Categorias Jurídico-desonerativas .....	63
6. Posições Doutrinárias sobre a Imunidade Tributária .....	67
7. Uma Proposta de Definição de Imunidade Tributária.....	69
8. As Imunidades Estaduais como Possibilidade Teorética de Delimitação da Competência Tributária no Âmbito Estadual .....	72
9. A Posição do Supremo Tribunal Federal .....	77
10. Conclusões.....	82

## **Capítulo 5. Democracia e Imunidade Tributária de Entidades de Educação.....85**

*Leonardo de Souza Naves Barcellos*

1. Introdução.....	85
2. Conceito Contemporâneo de Democracia .....	86
3. Imunidade Tributária .....	88
4. Imunidade das Entidades de Educação .....	91
5. Importância da Imunidade das Instituições de Educação para a Democracia...	94
6. Considerações Finais .....	96

## **Capítulo 6. Imunidades Tributárias dos Templos de Qualquer Culto.....99**

*Milena Gabardo da Silva*

1. Introdução.....	99
2. Contexto histórico das Constituições do Brasil .....	100
2.1. Constituição política do império do Brasil – 1824.....	100
2.2. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil – 1891.....	101
2.3. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil – 1934.....	101
2.4. Constituição dos Estados Unidos do Brasil – 1937 .....	102
2.5. Constituição Dos Estados Unidos Do Brasil – 1946.....	102
2.6. Constituição da República Federativa do Brasil – 1988 .....	103
3. Imunidade Tributária dos templos de qualquer culto.....	103
4. Entendimento de Templo.....	104
5. Entendimento dos Patrimônios Rendas, e Serviços relacionados com as atividades essenciais.....	105

6. Conclusão.....	105
-------------------	-----

## **Capítulo 7. Imunidade Tributária de Livros Digitais e Respectivos Suportes Materiais ..... 107**

*Alexandre Ávalo Santana & Thiago Simões Pessoa*

1. Introdução.....	107
2. Breve Análise das Imunidades Tributárias .....	108
2.1. Conceito de imunidade tributária.....	108
2.2. Imunidade Tributária X Isenção Tributária.....	110
2.3. Imunidade objetiva X Imunidade subjetiva .....	111
3. Imunidade Cultural ou de Imprensa .....	112
3.1. Da essência da imunidade cultural.....	112
3.2. Da natureza de imunidade objetiva.....	113
3.3. Da interpretação ampliativa da imunidade constitucional .....	114
4. Da Imunidade de Livros Digitais e Respectivos Suportes Materiais.....	115
4.1. Primeira indagação: Qual o conceito de livro .....	115
4.2. Análise histórica e doutrinária da imunidade quanto aos livros digitais e respectivos suportes.....	116
4.3. Da consolidação do entendimento jurisprudencial.....	120
5. Considerações Finais.....	121

## **Capítulo 8. O Princípio da Capacidade Contributiva Frente aos Tributos.. 123**

*Ismael de Oliveira Junior*

1. Introdução.....	123
1.1. Conceitos de Capacidade Contributiva .....	123
1.2. Distinção entre Capacidade Contributiva, Capacidade Econômica e Capacidade Financeira.....	124
2. Tributos Vinculados e Não Vinculados .....	127
3. Conclusão.....	128

## **Capítulo 9. Termos Iniciais e Finais dos Prazos Decadenciais e Prescricionais Atinentes aos Créditos Tributários da Fazenda Pública.. 129**

*Lucas Tanaka Reksiedler & Arthur Mendes Lobo*

1. Introdução.....	129
--------------------	-----

2. Conceitos Gerais e Prazos Decadenciais e Prescricionais da Fazenda Pública .....	131
2.1. Créditos da Fazenda Pública .....	131
2.1.1. Crédito tributário .....	132
2.1.2. Crédito não tributário .....	135
2.2. Decadência.....	136
2.3. Prescrição.....	139
3. Termos Iniciais e Finais do Prazo Decadencial Tributário da Fazenda Pública .....	145
3.1. Termo Inicial.....	145
3.1.1. Tributos cujo lançamento se opera de ofício ou por declaração ...	146
3.1.2. Tributos cujo lançamento se opera por homologação .....	147
3.1.3. Dolo, fraude ou simulação nos lançamentos por homologação ..	150
3.1.4. Penalidade pecuniária tributária .....	153
3.1.5. Anulação do lançamento por vício formal.....	154
3.1.6. Antecipação da fiscalização.....	155
3.2. Termo Final .....	155
4. Termos Iniciais e Finais do Prazo Prescricional Tributário da Fazenda Pública .....	157
4.1. Termo Inicial da Prescrição Comum .....	157
4.1.1. Tributo cujo lançamento se opera por lançamento de ofício ou por declaração .....	157
4.1.2. Tributo cujo lançamento se opera por lançamento por homologação .....	161
4.1.3. Compensação indevida .....	164
4.1.4. Penalidade pecuniária tributária .....	166
4.1.5. Interrupção da prescrição comum .....	167
4.2. Termo Final da Prescrição Comum .....	174
4.3. Termo Inicial da Prescrição Intercorrente .....	175
4.3.1. Interrupção da prescrição intercorrente.....	179
4.4. Termo Final da Prescrição Intercorrente.....	181
5. Conclusões e Recomendações .....	182

## **Capítulo 10. Substituição Tributária e sua Aplicabilidade ..... 185**

*Rodrigo de Moraes*

1. Introdução.....	185
2. Substituição Tributária .....	185
2.1 Espécies de Substituição Tributária .....	187
2.1.1 Substituição Tributária para Trás .....	187
2.1.2. Substituição Tributária para Frente.....	187
3. Análise dos Dados .....	188
4. Conclusão .....	189

## **Capítulo 11. Responsabilidade Tributária do Administrador pela dissolução irregular nas execuções fiscais ..... 191**

*Flávio Garcia Cabral*

1. Introdução.....	191
2. Da Responsabilidade Tributária do Artigo 135, III, do CTN.....	192
3. Da Dissolução Irregular .....	196
4. Responsabilidade no Caso da Dissolução Irregular: Qual Administrador? .....	199
5. Conclusão.....	206

## **Capítulo 12. A Responsabilidade dos Sócios nas Fraudes Fiscais ..... 209**

*Jonathan Isaías Amaral Santos*

1. Introdução.....	209
2. Atribuição da Personalidade Jurídica .....	210
3. Desconsideração da Personalidade Jurídica .....	211
4. Fraudes Fiscais .....	214
5. Apontamentos Jurisprudenciais em Relação ao Tema .....	215
6. Considerações Finais.....	218

## **Capítulo 13. Responsabilidade Tributária por Sub-rogação da Empresa Adquirente quanto às Obrigações do Empregador Rural Pessoa Física: Inconstitucionalidade do art. 30, IV, da Lei n. 8.212/91 e a Inaplicabilidade do Precedente Formado no RE 718.874-RS..... 219**

*Glauco Lubacheski de Aguiar*

1. Introdução.....	220
2. Os Sujeitos Passivos da Contribuição Previdenciária ao Funrural: O Empregador Rural e a Empresa Adquirente.....	222

2.1. Contribuinte e responsável: breve digressão acerca da diferença e natureza dos sujeitos passivos tributários .....	223
2.2. O produtor rural pessoa física como contribuinte da contribuição ao FUNRURAL. Diferença entre o Art. 12, V, “a”, Art. 12, VII, “a”, ambos da Lei n. 8.212/91 .....	226
2.3. A empresa adquirente da produção rural. Responsável tributária por sub-rogação. A previsão do Art. 30, IV, da Lei n. 8.212/91 .....	228
2.3.1. A evolução redacional e respectivo alcance normativo do inciso IV do Art. 30 da Lei n. 8.212/91 .....	229
3. O RE 363.852-MG e o RE 718.874-RS: os fundamentos e as teses firmadas .....	231
3.1. Os fundamentos, a tese e o alcance do precedente firmado no RE 363.852-MG .....	232
3.2. Os fundamentos, a tese e o alcance do precedente firmado no RE 718.874-RS .....	234
4. A aplicação do precedente formado no RE 363.852-MG às empresas adquirentes: limites, alcance e consequências .....	237
4.1. A inconstitucionalidade da responsabilidade por sub-rogação prevista no Art. 30, IV, da Lei n. 8.212/91, na redação dada pela Lei n. 8.540/92 até a redação dada pela Lei n. 9.528/97 quanto às obrigações do empregador rural pessoa física. Aplicação do precedente formado no RE 363.852-MG .....	238
4.2. Distinção entre “constitucionalidade da contribuição” e a “inconstitucionalidade da norma de responsabilidade tributária por sub-rogação”. Ausência de alteração legislativa e falta de discussão no julgamento do RE 718.874-RS. Afastando a aplicação do precedente .....	241
4.3. As liminares obtidas pelas empresas adquirentes e seus reflexos ..	245
5. Os efeitos repristinatórios da declaração de inconstitucionalidade do Art. 1º da Lei n. 8.540/92 .....	248
5.1 A Resolução do Senado Federal n. 15/2017 e seus reflexos sobre a responsabilidade por sub-rogação da empresa adquirente .....	252
6. Considerações Finais .....	254

**Capítulo 14. Suspensão dos direitos e garantias dos contribuintes: análise crítica da possibilidade .....**

*André L. Costa-Corrêa*

1. Notas introdutórias .....	257
------------------------------	-----



2. Estado de necessidade econômico-financeiro: uma visão portuguesa sobre mecanismo financeiro-tributário para preservação do Estado e das instituições democráticas .....	258
3. Lei de Responsabilidade Fiscal, Desvinculação de Receitas, Limites à concorrência tributária entre entes políticos, busca de manutenção das bases tributáveis e imposição de limites de gastos públicos: mecanismos brasileiros para o controle das despesas públicas e para conservação da arrecadação tributária.....	262
4. Do Estado de exceção frente à crise fiscal .....	266
5. Conclusão.....	275

## PARTE II. TRIBUTOS EM ESPÉCIE

<b>Capítulo 1. A Ilegalidade na Pretensão de se Incluir os Valores Decorrentes de Créditos Presumidos de ICMS na Base de Cálculo do IRPJ e da CSLL .....</b>	<b>277</b>
--	------------

*Luiz Paulo Jorge Gomes*

1. Considerações Introdutórias.....	277
1.1. Objeto e Importância .....	277
1.2. A questão da classificação do incentivo fiscal: Subvenção de Custeio x Subvenção de Investimento .....	278
2. A materialidade do IRPJ e da CSLL e os seus Respectivos Contornos Jurídicos .....	281
3. Conclusão.....	293

<b>Capítulo 2. PIS/COFINS e o Ato Cooperativo.....</b>	<b>295</b>
--	------------

*Guilherme Frederico de Figueiredo Castro*

INTRODUÇÃO .....	295
OBJETIVO.....	296
1. As Sociedades Cooperativas no Sistema Jurídico-Brasileiro.....	296
1.1 Definição .....	296
1.2 Características.....	297
1.3 A forma de organização .....	299
2. Os Negócios Cooperativos.....	299
2.1 O Ato Cooperativo .....	299

2.2 Adequado Tratamento Tributário .....	305
2.3 Neutralidade Fiscal .....	309
2.4 Atividade Econômica x Lucro .....	312
3. PIS/COFINS .....	312
3.1 Critério Material: receita ou faturamento .....	312
3.2 Operação Mercantil .....	317
3.3 Prestação de Serviços.....	320
3.4 Ato cooperativo x Atividade econômica e objetivos sociais: definição da materialidade segundo o STF .....	322
3.5 Isenção da COFINS – LC 70/91 .....	326
CONCLUSÃO .....	328

### **Capítulo 3. Incidência do IPI na Revenda pelo Importador ..... 329**

*Rodrigo de Moraes*

1. Introdução.....	329
2. IPI na Importação .....	329
3. Análise dos Dados .....	330
4. Conclusão.....	334

### **Capítulo 4. Lei Kandir: Os Impactos da Desoneração do ICMS para a Exportação da Soja ..... 337**

*Cynthia Fontoura Camargo Cerealli & Arthur Mendes Lobo*

1. Introdução.....	337
1.1. Contexto e Problema .....	337
2. O Agronegócio Brasileiro.....	338
2.1. Conceito e Números do Agronegócio no Brasil .....	340
2.2. Tributações no Agronegócio .....	344
2.3. Imposto sobre Circulação de Mercadoria (ICMS) .....	345
2.4. Convênios do ICMS.....	347
2.5. Princípio da Não Cumulatividade .....	347
2.6. Substituição Tributária .....	348
2.7. A Arrecadação do ICMS na Esfera Nacional .....	348
2.8. A Lei Kandir .....	351
2.9. Projetos de Lei e Emendas Constitucionais sobre o Tema .....	354

2.10. Produção da Soja .....	355
2.10.1. A Produção de Soja no Brasil .....	356
2.10.2. A Exportação do Complexo Soja .....	357
2.10.3. Custos com a Exportação.....	361
2.11. O Atual Cenário da Exportação da Soja sob Ótica dos Impasses da Lei Kandir.....	362
3. Conclusão .....	363

## **Capítulo 5. Exclusão do IPI da Base de Cálculo do ICMS ST.....365**

*Eduarda Cinzia dos Santos*

1. Introdução.....	365
2. Revisão de Literatura .....	366
3. Metodologia de Pesquisa .....	368
4. Análise de Dados.....	369
5. Considerações Finais .....	370

## **Capítulo 6. Aproveitamento de Crédito de PIS e Cofins Não Cumulativo em Terceirizações de Mão de Obra Após a Reforma Trabalhista de 2017: Uma Análise à Luz do Julgamento do Recurso Especial Repetitivo n.º 1.221.170/PR, pela 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça .....371**

*Lucas Tanaka Reksiedler & Hércio Gondo*

1. Introdução .....	371
2. Regimes das contribuições para o PIS e da Cofins .....	372
3. Terceirização de mão de obra para fins de trabalho temporário x terceirização de serviços permanentes .....	372
3.1. Terceirização de mão de obra para fins de trabalho temporário .....	372
3.2. Terceirização de serviços permanentes .....	373
3.3. Síntese dos requisitos da terceirização de mão de obra para fins de trabalho temporário e da terceirização de serviços permanentes ...	374
4. Direitos a créditos decorrentes de valores pagos a título de terceirização ...	374
5. Contabilização dos créditos de PIS e Cofins quando da aquisição dos serviços .....	379
6. Conclusão .....	379

## **Capítulo 7. A Base de Cálculo do ISSQN e os Descontos Concedidos pelo Prestador do Serviço.....381**

*Paulo de Barros Carvalho*

1. Delimitação do problema.....	381
2. Tributo e condicionamentos para a sua instituição.....	382
3. A regra-matriz de incidência tributária do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza .....	383
4. Critério material da regra-matriz do ISSQN e o conceito constitucional de serviço tributável .....	384
5. A importância da base de cálculo .....	385
5.1. A base de cálculo como perspectiva dimensível do fato jurídico tributário: a necessária identidade entre o fato jurídico da base de cálculo (Fbc) e o fato jurídico tributário (Fjt) .....	387
5.2. Os cuidados especiais que o desenho da base de cálculo requer, por decorrência da posição preeminente que lhe atribuem a doutrina e a jurisprudência brasileira.....	389
6. A base de cálculo do ISSQN segundo a Lei Complementar nº 116/03 e a definição do conceito de “preço do serviço” .....	390
7. A determinação constante do art. 110 do Código Tributário Nacional.....	392
8. A receita bruta proveniente da prestação de serviços.....	393
9. O princípio da capacidade contributiva e incidência do ISSQN sobre a exata medida da remuneração pelo serviço prestado.....	395
10. Princípio da proibição de tributo com efeito de confisco e a impossibilidade de exigência do ISSQN em relação a valores que não configurem receita do prestador de serviços .....	397
11. A imprescindibilidade da remuneração do serviço para que se configure o fato, signo presuntivo de riqueza escolhido como hipótese de incidência tributária.....	398
12. Noções sobre a “relação jurídica” .....	399
13. Negócio jurídico condicionado: definição e espécies .....	401
14. Conclusões: natureza dos descontos concedidos no preço do serviço e suas consequências na determinação da base de cálculo do ISSQN..	404

## **Capítulo 8. A Reforma do ISS promovida pela Lei Complementar nº 157/2016 .....407**

*Betina Treiger Grupenmacher*

1. Introdução.....	407
--------------------	-----

2. Os Novos Serviços Sujeitos à Incidência do ISS .....	408
2.1. O armazenamento e a hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação ....	408
2.2. <i>Streaming</i> .....	411
2.3. Atividade gráfica exceto se destinada a posterior operação de comercialização ou industrialização ou incorporada outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação .....	413
2.4. Outros serviços de transporte municipal .....	416
2.5. Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento .....	419
3. Alíquota Mínima.....	420

## **Capítulo 9. ISSQN – Guerra Fiscal e Impactos para o Contribuinte.....425**

*Jossimar Aparecido Monteiro*

1. Introdução.....	425
2. Histórico.....	425
3. Local de Recolhimento do Tributo .....	426
4. Conceito de Estabelecimento.....	430
5. Hipótese de Incidência Tributária .....	431
6. A Autonomia Municipal e a Lei Complementar nº 116/2003.....	432
7. Conclusão.....	433

## **Capítulo 10. Aplicabilidade do IPTU Progressivo no Tempo como Instrumento de Reestruturação Urbanística das Cidades ..... 435**

*Livia Cristina Elias da Silva*

1. Introdução.....	435
2. A Propriedade e sua Função social .....	436
3. Função Social da Propriedade à luz da Constituição.....	436
4. Características do IPTU .....	438
4.1. Fato Gerador .....	438
4.2. Base de Cálculo .....	439
4.3. Alíquota.....	439
5. IPTU Progressivo no Tempo.....	440
5.1 Aplicabilidade do IPTU Progressivo .....	440
6. Efetividade do IPTU Progressivo em Curitiba .....	441

7. Conclusão.....	442
-------------------	-----

## **Capítulo 11. Tributos Incidentes sobre a Comercialização de Energia Elétrica.....445**

*Caroline Szpanick de Oliveira*

1. Introdução.....	445
2. Setor Elétrico Brasileiro .....	445
3. A Comercialização de Energia .....	449
4. Tributos Incidentes sobre a Comercialização de Energia elétrica .....	451
5. Conclusão.....	454

## **Referências Bibliográficas .....455**

Alexandre Ávalo Santana  
Arthur Mendes Lobo

# O NOVO DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

Volume

2

*EDITORIA*  
*Contemplar*

ISBN: 978-85-9487-053-7

Coordenadores:

Alexandre Ávalo Santana  
Arthur Mendes Lobo

Autores:

Alexandre Ávalo Santana  
Alhiane M. Pedroso  
Ana Paula Pasinatto  
Antonio Evangelista de Souza Netto  
Arthur Mendes Lobo  
Claudinéia Amaro  
Daniel Octávio Silva Marinho  
Fabiana Aparecida Guedes Leal  
Fabiana Xavier Victório  
Guilherme Gualberto dos Anjos  
Isadora Poletto dos Passos  
Jerson Carneiro Gonçalves Junior  
João Ricardo Dias de Pinho  
Jonathan Grochowski da Silva

Lidia Maria Ribas

Luís Henrique Moreira

Luiz Carlos de Souza

Marcelo Adriano Nogueira da Silva

Marcelo Barbosa Alves Vieira

Maurício Dalri Timm do Valle

Rafael Micheviz

Rennan Faria Krüger Thamay

Rodrigo Santos Masset Lacombe

Sandro Rafael da Costa Freitas

Sirlaine Lage Bonifácio Marcucci Pracucho

Tácio Lacerda Gama

Thiago Ferreira de Brito

Capa e Diagramação:

Aline Vieira Pipino de Freitas

Revisão Geral:

Mario do Carmo Ricalde

Santana, Alexandre Ávalo; Lobo, Arthur Mendes.

O Novo Direito Tributário Brasileiro/ Alexandre Ávalo Santana & Arthur Mendes Lobo. Vol. 2. 1ª ed. Campo Grande: Contemplar, 2019.

1. Direito. 2. Tributário.  
I. Título.

CDD: 340  
CDU:341.39

Todo o conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do autor.

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio: eletrônico, mecânico, inclusive por processo xerográfico, sem a devida autorização do Editor (Lei nº 9.610/98). Todos os direitos desta Publicação reservados à



Avenida Ana Rosa Castilho Ocampos, 756 - Jardim Montevideu.

Campo Grande, MS

Telefax: (67) 3029-2315

E-mail: contato@editoracontemplar.com.br

site: www.editoracontemplar.com.br



## Sumário

---

### TEMAS CONTEMPORÂNEOS

#### **Capítulo 1. Reforma Tributária .....17**

*Luiz Carlos de Souza*

1. Introdução.....	17
2. Impostos que Seriam Mantidos .....	18
3. Proposta do Pis e da Cofins pela RFB .....	19
4. Contencioso Tributário Administrativo e Judicial .....	22
5. Conclusão.....	23

#### **Capítulo 2. O Imposto de Valor Agregado (IVA) e o Princípio da Federação.....25**

*Jonathan Grochowski da Silva & Arthur Mendes Lobo*

1. Introdução .....	25
2. Regra Matriz de Incidência Tributária .....	26
2.1. Regra Matriz de Incidência do ICMS.....	28
2.2. Regra Matriz de Incidência do IPI .....	33
2.3. Regra Matriz de Incidência do ISS .....	38
2.4. A Necessidade de Reforma do Sistema Tributário Brasileiro .....	41
2.5. O Imposto de Valor Agregado (IVA) e sua Sistemática de Funcionamento.....	44
2.6. O Imposto de Valor Agregado (IVA) e o Princípio da Federação .....	46
3. Resultados .....	50
3.1. Apresentação de uma Proposta para a Instituição do Imposto de Valor Agregado (IVA) na República Federativa do Brasil .....	50
3.1.1. Regra Matriz de Incidência Do IVA.....	57
3.2. Respostas aos Problemas da Pesquisa .....	58

4. Conclusões .....	61
---------------------	----

### **Capítulo 3. Inovação Social e Tutela Jurisdicional: Análise de Conflitos Tributários ..... 63**

*Lídia Maria Ribas*

1. Introdução.....	63
2. Evolução dos Conflitos Tributários e Descompasso Legislativo-Jurisdicional .....	64
3. Inovação Social no Âmbito do Judiciário Fiscal .....	71
4. Breves Comentários acerca de Jurisprudência Fiscal .....	75
5. Considerações Finais .....	77

### **Capítulo 4. A Boa-fé como Fundamento dos Mais Recentes Precedentes do CARF e as Tendências a partir da Lei nº 13.655/2018 .... 79**

*Luís Henrique Moreira & Arthur Mendes Lobo*

1. Introdução .....	79
2. Breve Histórico sobre a Origem da Boa-Fé.....	80
2.1. Boa-fé no Direito Romano .....	80
2.2. Boa-fé no Direito Francês.....	82
2.3. Boa-fé no Direito Alemão .....	83
3. Contornos Gerais sobre a Boa-fé no Direito Brasileiro .....	85
4. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF.....	93
5. Análise dos Precedentes do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais .....	94
6. O STJ e a Boa-fé no Direito Tributário .....	105
7. Lei nº 13.655/18 .....	108
7.1. Contexto da Motivação da Edição Normativa .....	110
7.2. Críticas à Lei da Segurança Jurídica e Eficiência na Criação e Aplicação do Direito Público .....	111
7.3. Tendências a Partir da Lei nº 13.655/18.....	115
8. Considerações Finais .....	119

### **Capítulo 5. Os Impactos das Decisões do Judiciário na Esfera Tributária para as Empresas Brasileiras..... 121**

*Guilherme Gualberto dos Anjos*

1. Introdução.....	121
2. Desenvolvimento .....	122
3. Conclusão .....	126

## **Capítulo 6. Atos Constitivos na Execução Fiscal em Face de Sociedade Recuperanda ..... 129**

*Sirlaine Lage Bonifácio Marcucci Pracucho*

1. Notas introdutórias .....	129
2. Os créditos abrangidos pela recuperação judicial e a autonomia da execução tributária .....	130
3. Os atos constitutivos no bojo da execução fiscal em face de sociedade recuperanda .....	133
4. A inobservância da preferência do crédito tributário e a moratória judicial..	138
5. Considerações Finais.....	144

## **Capítulo 7. O Processo Administrativo Tributário Federal e CPC/2015..... 149**

*Alexandre Ávalo Santana & Marcelo Barbosa Alves Vieira*

1. Introdução.....	149
2. O processo administrativo tributário federal e a sua legislação de regência.....	150
3. A regra de conectividade expressa do CPC e o processo administrativo tributário.....	155
4. Das possíveis repercussões do CPC para o processo administrativo tributário.....	157
4.1. O reconhecimento das matérias de ofício pelo julgador administrativo e o contraditório no sistema cooperativo do CPC .....	157
4.2. A distribuição do ônus da prova do CPC e o processo administrativo tributário .....	158
4.3. O dever de fundamentação do CPC e as decisões no processo administrativo tributário.....	162
4.4. O uso de precedentes como elemento motivacional do ato decisório .....	168
5. Conclusão.....	172

## **Capítulo 8. A Glosa de Créditos de ICMS e o Lançamento do Imposto no Processo Administrativo Fiscal..... 175**

*Rodrigo Santos Masset Lacombe*

1. Introdução.....	175
2. Princípio da Não cumulatividade .....	179
3. Princípio da Verdade Material ou Primazia da Realidade .....	181
4. Da Aplicação Subsidiária e Complementar ao Processo Administrativo Fiscal e o Artigo 419 do CPC/15 .....	186
5. Conclusão.....	189

## **Capítulo 9. Drawback sobre Importações e Exportações ..... 191**

*Marcelo Adriano Nogueira da Silva & Arthur Mendes Lobo*

1. Introdução.....	191
2. Considerações sobre Drawback.....	192
2.1. Conceito .....	192
2.2. Benefícios do Drawback .....	193
2.3. Modalidades do Drawback .....	195
2.3.1. Abrangência do Regime e Modalidades do Drawback .....	195
2.3.2. Modalidade “Suspensão” .....	196
2.3.3. Modalidade “isenção” .....	201
2.3.4. Modalidade “Restituição” .....	202
2.4. Ementas em Destaque “STJ” .....	202
3. Drawback Intermediário.....	203
4. Habilitação ao Drawback Suspensão.....	204
5. Comprovação .....	204
6. O Drawback em Tratados Internacionais .....	207
6.1. NAFTA .....	210
6.2. GATT .....	210
6.3. Convenção de Kioto. ....	211
6.4. União Europeia.....	212
6.5. Mercosul .....	213
6.6. Atos Comunitários sobre o Drawback .....	213
6.7. Os Códigos Aduaneiros do Mercosul Drawback na Visão do STF....	215
7. O Drawback na visão do STF.....	216

8. O Drawback em outros Países.....	218
8.1. Estados Unidos da América .....	218
8.2. Austrália .....	219
8.3. Coreia do Sul.....	219
8.4. Tailândia.....	220
8.5. Canadá .....	220
8.6. Índia.....	221
8.7. Peru .....	222
8.8. Venezuela .....	222
8.9. Argentina .....	223
8.10. Uruguai.....	223
9. Conclusões.....	224

## **Capítulo 10. Regimes Aduaneiros Especiais ..... 227**

*Fabiana Xavier Victório*

1. Introdução.....	227
2. Regimes Aduaneiros Especiais .....	228
3. Tipos de Regimes Aduaneiros Especiais .....	229
4. Regimes Aduaneiros Especiais e Princípios Constitucionais .....	234
5. Conclusão.....	234

## **Capítulo 11. E-Social a Tributação no Bolso do Contribuinte Pessoa Física ..... 235**

*Fabiana Aparecida Guedes Leal*

1. Introdução.....	235
2. Programa.....	236
3. Finalidade do Esocial .....	239
4. Conclusão.....	241

## **Capítulo 12. Reestruturação Societária como Instrumento de Planejamento Tributário..... 243**

*Isadora Poletto dos Passos*

1. Introdução.....	243
2. Reestruturação Societária.....	244

2.1. Incorporação .....	244
2.2. Fusão .....	245
2.3. Cisão .....	246
3. Aspectos tributários .....	246
4. Reestruturações Societárias no ano de 2016 .....	247
5. Conclusão .....	248

### **Capítulo 13. Preços de Transferência: Conceitos e Métodos de Cálculo.....249**

*Rafael Micheviz & Arthur Mendes Lobo*

1. Introdução.....	249
2. Conceitos Basilares de Preços de Transferência .....	252
2.1. Princípio Arm's Length.....	252
2.2. Convenção da OCDE .....	254
2.3. Os Métodos Previstos pela OCDE .....	256
2.4. Os Métodos Brasileiros e as Operações Envolvidas.....	257
2.5. Conclusão do Capítulo .....	260
3. Considerações Gerais sobre Preços de Transferência .....	260
3.1. Bitributação.....	260
3.2. Preço Parâmetro .....	261
3.3. Pessoa Vinculada .....	262
3.4. Países com Tributação Favorecida .....	263
3.5. Operações Envolvidas.....	264
3.6. Interposta Pessoa .....	264
3.7. Conclusão do Capítulo .....	265
4. Preços de Transferência na Importação de Bens, Serviços e Direitos .....	265
4.1. Método dos Preços Independentes Comparados – PIC .....	265
4.2. Método de Preços de Revenda Menos Lucro – PRL .....	266
4.3. Método do Custo de Produção Mais Lucro – CPL .....	268
4.4. Conclusão do Capítulo .....	269
5. Preços de Transferência na Exportação de Bens, Serviços e Direitos .....	270
5.1. Método dos Preços de Vendas nas Exportações – PVEx.....	270
5.2. Método dos Preços de Venda por Atacado no País de Destino, Diminuído do Lucro – PVA.....	270

5.3. Método dos Preços de Venda a Varejo no País de Destino, Diminuído do Lucro – PVV.....	270
5.4. Método do Custo de Aquisição ou de Produção mais Tributos e Lucro – CAP .....	271
5.5. Conclusão do Capítulo .....	271
6. Eventual Ajuste na Base de Cálculo do Imposto de Renda .....	272
7. Juros em Operações vinculadas .....	273
8. Conclusões e Recomendações.....	274

## **Capítulo 14. A Lei nº 11.196/05 e os Impactos da Aprovação da MP 695/15 .....**

*Thiago Ferreira de Brito*

1. Introdução.....	277
2. Ambiente Legislativo Regular no Brasil .....	278
3. Lei 11.196/05 “Lei do Bem” e Históricos dos Mecanismos de Incentivos Fiscais .....	279
3.1. Quanto as Condições para a Utilização dos Benefícios da Lei do Bem .....	282
3.2. Benefícios.....	282
3.3. Condições de Dedutibilidade.....	282
3.4. Gastos Elegíveis.....	282
3.5. Exemplos de Projetos Elegíveis .....	283
3.6. Amortização Acelerada .....	283
3.7. Depreciação e Amortização Aceleradas na Conclusão de Pesquisas .....	284
4. Os Impactos Financeiros se Aprovada a MP 694/15 .....	284
5. Conclusão.....	285

## **Capítulo 15. A Aplicabilidade Jurídica da Lei Rouanet.....**

*Alhiane M. Pedroso*

1. Introdução.....	287
2. Incentivo Fiscal.....	288
2.1. Isenção .....	288
3. A Lei Rouanet .....	295
3.1. Histórico .....	295

3.1.1. Lei Sarney .....	295
3.1.2. Lei Rouanet .....	297
4. Objetivos da Lei Rouanet .....	298
4.1 O Cenário Atual .....	300
4.1.1 Seletividade .....	300
4.1.2 Acessibilidade Restrita .....	301
4.1.3 Limitação por Segmentos .....	302
4.1.4 Limitação por Regiões .....	302
5. Conclusão .....	303

## **Capítulo 16. Agências de Publicidade de Pequeno e Médio Porte no Cenário de Crise Brasileiro: O Desafio da Manutenção da Regularidade Fiscal ..... 305**

*Claudinéia Amaro*

1. Introdução.....	305
2. O mercado publicitário no Brasil .....	306
3. Planejamento Tributário e os tributos incidentes na atividade publicitária ..	306
4. A relação entre regularidade fiscal e participação em processos de licitações e contratação com a Administração Pública .....	309
5. Conclusão.....	310

## **Capítulo 17. Responsabilidade Tributária na Alienação do Estabelecimento Virtual ..... 313**

*Antonio Evangelista de Souza Netto*

## **Capítulo 18. Causalidade intencional e enunciados simulatórios no planejamento tributário..... 323**

*João Ricardo Dias de Pinho*

1. Introdução.....	323
2. Enunciado simulatório e ação dissimulada: onde a 'verdade' não entra...	324
3. Construindo um diálogo entre a teoria da intencionalidade de John Searle e a teoria da ação de Gregorio Robles.....	326
4. Intenção complexa e causalidade intencional. O gênero que abriga as tradicionais categorias da vontade, função e motivo do negócio jurídico..	330
5. Estágios intencionais na intenção complexa: fazer e por que fazer .....	333



6. Conclusão: simulação não é um problema do “porquê” se faz um negócio jurídico .....	333
--	-----

**Capítulo 19. Federação, autonomia financeira e competência tributária: É possível uma Federação sem repartição de competências impositivas?.....337**

*Tácio Lacerda Gama*

1. Introdução.....	337
2. Ideia de competência tributária na Teoria Geral do Estado.....	338
3. Competência e Estado .....	338
4. Competência e Federação .....	339
5. Competência tributária e autonomia financeira.....	342
6. Discriminação de competências impositivas e sua justificação .....	345
7. Conclusão.....	348

**Capítulo 20. Isenção Tributária Municipal de ISS como Nova Conduta de Ato de Improbidade Administrativa.....351**

*Jerson Carneiro Gonçalves Junior*

**Capítulo 21. O Princípio da Capacidade Contributiva como Manifestação da Dignidade em Matéria Tributária.....373**

*Maurício Dalri Timm do Valle & Ana Paula Pasinatto*

1. Introdução .....	373
2. Princípio da Igualdade.....	376
3. Princípio da Capacidade Contributiva .....	380
3.1 Capacidade contributiva absoluta ou objetiva, relativa e subjetiva ....	382
3.2 Capacidades Econômica, Contributiva e Financeira .....	385
3.3 Limites à Capacidade Contributiva .....	385
4. Conclusões.....	390

**Capítulo 22. Modulação de Efeitos no Julgamento das Ações de Controle Concentrado de Constitucionalidade em Matéria Tributária... 393**

*Daniel Octávio Silva Marinho & Sandro Rafael da Costa Freitas*

1. Introdução.....	393
2. O Controle de Constitucionalidade.....	395

2.1. Breve Histórico das Ações de Controle de Constitucionalidade.....	395
2.2. Pressupostos, Efeitos e Legitimados do Controle Abstrato de Constitucionalidade com Enfoque nas Ações Direta de Inconstitucio- nalidade e Declaratória de Constitucionalidade .....	397
3. Aspectos Teóricos da Modulação de Efeitos em Sede de Controle de Constitucionalidade .....	400
4. Segurança Jurídica e Justiça no Direito Constitucional e Processual Tributário.....	401
5. Da Análise Econômica do Direito em Modulação de Efeitos .....	403
6. Da Modulação de Efeitos em Ação de Controle de Constitucionalidade em Matéria Tributária.....	404
7. Análise da Segurança Jurídica a que é Submetido o Contribuinte diante da Modulação de Efeitos .....	406
8. A Modulação dos Efeitos e as Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar sob Enfoque da Vedação ao Efeito Confiscatório Tributário .....	410
9. Conclusão.....	412

## **Capítulo 23. Aspectos da Relativização da Coisa Julgada em Matéria Tributária .....415**

*Rennan Faria Krüger Thamay*

Introdução.....	415
1. Alguns aspectos relevantes sobre a coisa julgada.....	416
1.1 A coisa julgada e sua definição: a interpretação do art. 502 .....	416
1.2 A coisa julgada e seu limite objetivo: a interpretação do art. 503.....	419
1.3. Questões que não fazem coisa julgada: a interpretação do art. 504 ..	423
1.4 Limite temporal da coisa julgada: a interpretação do art. 505.....	426
1.5 Limites subjetivos da coisa julgada: a interpretação do art. 506 .....	427
1.6 Preclusão e coisa julgada: a interpretação do art. 507 .....	432
1.7 Eficácia preclusiva da coisa julgada: a interpretação do art. 508.....	435
2. A relativização da coisa julgada.....	437
3. A relativização da coisa julgada em matéria tributária.....	441
Considerações Finais .....	446

## **Referências Bibliográficas .....447**